



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

SARA RAQUEL BARBOSA DANTAS

**MESA BRASIL SESC: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
EM SERVIÇO SOCIAL.**

**CAMPINA GRANDE
2016**

SARA RAQUEL BARBOSA DANTAS

**MESA BRASIL SESC: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
EM SERVIÇO SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Liélia Barbosa Oliveira.

**CAMPINA GRANDE
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D192m Dantas, Sara Raquel Barbosa
Mesa Brasil Sesc [manuscrito] : uma análise a partir da
experiência de estágio em Serviço social / Sara Raquel Barbosa
Dantas. - 2016.
32 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Profa. Ma. Liélia Barbosa Oliveira,
Departamento de Serviço Social".

1. Neoliberalismo. 2. Responsabilidade social. 3. Terceiro
setor. I. Título.

21. ed. CDD 658.408

SARA RAQUEL BARBOSA DANTAS

MESA BRASIL SESC: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
EM SERVIÇO SOCIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço
Social da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Lúcia Barbosa Oliveira.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Lúcia Barbosa Oliveira
(Orientadora)


Prof. Dra. Márcia Tamyra de Oliveira


Prof. Me. Débora Suzlé de Miranda Lima

Ao meu pai celestial pela força, a minha família pelo incentivo e a minha orientadora pelo companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Tereza Karla, coordenadora do curso de Serviço Social, por seu empenho.

À professora Liélia Barbosa pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos meus familiares e amigos pela torcida e apoio, elementos fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Aos professores do Curso de Serviço Social da UEPB, em especial, Alecsonia Pereira, Lúcia Patrióta, Aliceane Almeida, Mirela Guerra, Geraldo Medeiros, Marília Tomaz e Cleonia, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos funcionários da UEPB, o senhor Gil e Maurício, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio, em especial a minha amiga Natali Camilo, que esteve dividindo comigo todo o período do curso alegrias e tristezas.

(...) quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar totalmente o horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo a sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades.” (Karl Marx)

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	07
1	AS CONFIGURAÇÕES DO ESTADO NEOLIBERAL FRENTE A EMERSÃO DO TERCEIRO SETOR	08
1.1	Uma nova abordagem à questão social: o Terceiro Setor	14
2.	O surgimento do Serviço Social do Comercio (SESC)	16
3	O PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS MESA BRASIL SESC	20
3.1	Ações Educativas promovidas pelo programa Banco de Alimentos Mesa Brasil SESC – Campina Grande	23
4	EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO BANCO DE ALIMENTOS MESA BRASIL – SESC – CAMPINA GRANDE.....	24
5	CONCLUSÃO	28
	REFERÊNCIAS	31

MESA BRASIL SESC: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL.

Sara Raquel Barbosa Dantas¹

RESUMO

O presente artigo intitulado “Mesa Brasil SESC: uma análise a partir da experiência de estágio em Serviço Social”, apresenta os resultados de uma experiência de estágio realizada no SESC Centro em Campina Grande, precisamente no Programa Mesa Brasil durante o período de 05 de Setembro de 2012 até 05 de Abril 2014. A temática escolhida partiu da experiência vivenciada na condição de estagiária curricular do programa em questão. Mediante observações, anotações, visitas institucionais, oficinas, palestras, eventos e trabalhos realizados pela equipe de serviço social do Mesa Brasil, buscou-se a compreensão do papel assumido pelo terceiro setor em sua conjuntura neoliberal frente a atual preocupação das empresas em geral, principalmente aquelas que contam com a parceria do estado: a responsabilidade social. Utilizamos como aporte teórico Montano (2003) que colabora para entender o debate sobre a suposta nova questão social e Mota (2010) que contribui enfatizando a questão da responsabilidade social e a empresa. Este artigo dialoga sobre a emergência do terceiro setor diante da conjuntura neoliberal e das configurações que o Estado mínimo assume para adequação a realidade contemporânea.

Palavras-Chave: Neoliberalismo. Responsabilidade Social. Terceiro Setor.

1 INTRODUÇÃO

Analisando os efeitos do modo de produção capitalista associado ao desenvolvimento das forças produtivas, concluímos que são processos característico do capitalismo neoliberal que visa a não intervenção do estado na economia e a apropriação privada com fins lucrativos.

O Estado Neoliberalismo caracteriza-se por uma política baseada no interesse do grande capital, tendo como uma das suas estratégias a fragilização das políticas sociais tornando-as eventuais, setoriais e assistencialistas.

Além de todos os efeitos resultantes da transformação ocorrida no mundo do trabalho devido a ideologia neoliberal, percebemos um cenário caótico no Brasil, agudizado pelo

¹ Aluna de Graduação no curso de Bacharel em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: sarinha-dantas@hotmail.com

aumento do desemprego, fome, precarização do trabalho e uma gama de outras expressões da questão social².

Para que possamos analisar as configurações do Estado na atualidade, abordaremos no primeiro item deste trabalho as configurações do Estado neoliberal frente a emergência do terceiro setor a fim de compreendermos cronologicamente a participação do pensamento neoliberal para o surgimento do terceiro setor no Brasil traçando uma linha histórica desde a gênese do capitalismo até o surgimento dos diversos aspectos assumidos pelo Estado para adequação à dinâmica contemporânea. Devido as diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho, surge também o que Montaño (2001) intitula de novo trato a questão social, pois com a mudança de perfil dos indivíduos, a questão social também se transforma. Diante desse cenário, percebemos a emergência do chamado Terceiro Setor como uma alternativa de resposta a essa nova questão social. Frente a isso, no segundo item do artigo abordaremos acerca do Surgimento do Serviço Social do Comércio (SESC), um exemplo de instituição inserida no rol do Terceiro Setor com a finalidade de gerenciar mecanismos assistenciais na intervenção à questão social.

O terceiro item aborda o resultado do estágio supervisionado no SESC centro Campina Grande, inserida no Programa Mesa Brasil que começou a partir de 05 de Setembro de 2012 até 05 de Abril 2014, com o objetivo de cumprir a carga horária exigida pela disciplina de Estágio II de 8 horas semanais. Frequentava o SESC todas as terças e quintas das 13:00 às 17:00 horas.

Compreendo o “terceiro setor” como instrumento utilizado pela estratégia neoliberal para, além de justificar e legitimar o processo de desestruturação das políticas sociais, ainda reduz os impactos negativos do sistema, possibilitado a sua maior aceitação.

. Idealizado pelo SESC, o Programa Mesa Brasil visa minimizar os impactos provocados pela ausência no atendimento as necessidades básicas de uma parcela da população brasileira através da arrecadação e da distribuição de gêneros alimentícios. Atua de acordo com a Lei 11.346/06 (Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN), que refere-se ao direito humano a alimentação.

1. As configurações do Estado neoliberal frente a emergência do terceiro setor.

² Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Para que possamos analisar as configurações do Estado na atualidade, é crucial traçarmos uma linha histórica desde a gênese do capitalismo até o surgimento dos diversos aspectos assumidos pelo Estado para adequação à dinâmica contemporânea.

Em meados do século XVIII, com o declínio do sistema mercantilista³ e do regime absolutista⁴ surge na Europa o sistema capitalista. Através da revolução industrial, inicia-se um processo de produção coletiva em massa que visa o lucro e o acúmulo de capital. O Capitalismo é, portanto, um sistema econômico em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos. A partir desses pressupostos surge o liberalismo econômico como filosofia que fundamenta o capitalismo e tem como principal inspirador Adam Smith⁵.

Nesse contexto foi definido o liberalismo⁶ econômico que defende a mínima participação do Estado na economia. Quanto a isso Toledo (2002, p. 72) afirma que:

O Estado liberal caracteriza-se principalmente, pela separação entre Estado e economia e pela tentativa de reduzir a política à chamada sociedade política, isto é, por tentar despolitizar as relações econômicas e sociais. Ao tentar separar a política da economia, o Estado liberal definirá, por um lado, um conceito de sociedade reduzida aos produtores, e aos cidadãos, por outro, ambas as faces da mesma moeda, mas separados por esferas de atuação.

Dessa forma, constata-se que o liberalismo agudizou o conflito entre as classes sociais e limitou a intervenção do Estado na economia. O comportamento imposto por ele nas relações de consumo têm inclinação à satisfação dos interesses da burguesia, revelando-se prejudicial a classe operária fomentando, assim, o desemprego e a miséria.

³ O Mercantilismo é uma doutrina econômica que caracteriza o período histórico da Revolução Comercial (Séculos XVI-XVIII), marcado pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais.

⁴ Absolutismo é o nome dado ao sistema político e administrativo que predominou nos países da Europa na época do denominado "Antigo Regime" (correspondente ao período entre os séculos XVI e XVIII).

⁵ Com A riqueza das nações, Adam Smith se estabeleceu como a principal fonte do pensamento econômico contemporâneo. Os escritos de Adam Smith foram tanto uma investigação da ciência econômica, quanto um direcionamento político para a compreensão da riqueza das nações. Smith acreditava que o desenvolvimento econômico era mais bem estimulado em um ambiente de competição livre que operasse de acordo com "leis naturais" universais.

⁶ A teoria do liberalismo econômico surgiu no contexto do fim do mercantilismo, período em que era necessário estabelecer novos paradigmas, já que o capitalismo estava se firmando cada vez mais. A ideia central do liberalismo econômico é a defesa da emancipação da economia de qualquer dogma externo a ela mesma, ou seja, a eliminação de interferências provenientes de qualquer meio na economia. Tal teoria surgiu no final do século XVIII, sendo o seu principal teórico e pai foi Adam Smith. O economista escocês confrontou as ideias de Quesnay e Gournay, afirmando em seu livro "A Riqueza das Nações" as principais ideias do liberalismo econômico: a prosperidade econômica e a acumulação de riquezas não são concebidas através da atividade rural e nem comercial, mas sim através do trabalho livre, sem nenhum agente regulador ou interventor. Para Smith, não eram necessárias intervenções na economia, visto que o próprio mercado dispunha de mecanismos próprios de regulação da mesma: a chamada "mão invisível", que seria responsável por trazer benefícios para toda a sociedade, além de promover a evolução generalizada. Os liberais defendem a livre concorrência e a lei da oferta e da procura. Estes teóricos foram os primeiros a tratar a economia como ciência.

O século XIX e XX foi marcado por uma enorme expansão das primeiras forças produtivas. Nesse período foi implantado o modelo de produção fordista-taylorista, caracterizado pela produção em larga escala e pela exploração dos operários.

A estratégia taylorista-fordista de organização do processo produtivo implicava na produção em série e em massa para consumo massivo, uma rígida divisão de tarefas entre executores e planejadores, o trabalho parcelar fragmentado e a constituição da figura do “operário massa” (IAMAMOTO 2008, p. 29).

Observa-se que com a crise de 1929 vivenciada pelo capitalismo, surge na Europa o Estado de Bem-Estar Social, medida de restauração da economia que, contribuiu para o reconhecimento dos direitos sociais dos cidadãos em resposta ao período pós guerra. Emerge entre 1945 – 1947 com o objetivo de proporcionar um patamar mínimo de acesso a bens e serviços, incumbindo o Estado de organizar e implementar as políticas públicas, agindo como regulador das relações políticas, sociais e econômicas.

Segundo Menezes (1998, p. 23),

A história do Welfare State se sustenta numa esfera em que o mercado não é mais o regulador principal das relações sociais de produção; na realidade, ele se instala no momento de superação de dois obstáculos que emperariam os avanços do capital. Ele nasce, de acordo com Gomes, do “embate entre os princípios do liberalismo – centrado na noção de mercado autorregulado e os princípios de proteção social – fundados na elaboração e uma legislação protetora (...) condições criadas pelo desenvolvimento da industrialização e, de outro, o crescente avanço das ideias democráticas, ressaltando pontos como a desigualdade política e econômica entre indivíduos”.

O Estado de Bem-Estar Social esteve presente durante 40 anos na Europa, proporcionando altas taxas de crescimento social. Mas, a crise chegou e o Estado Social se decompôs. O modelo de Estado que substituiu foi o Neoliberal, defendendo uma proposta totalmente contrária ao Welfare State. (TOLEDO, 2002)

O neoliberalismo⁷ defende a ideia de que o mercado é o principal mecanismo de regulação social, fortalecendo a lógica liberal de Estado mínimo e diminuição estratégica das políticas sociais, transferindo assim, a responsabilidade para sociedade civil.

⁷ Neoliberalismo é uma redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas e entendido como um produto do liberalismo econômico clássico. É um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

Esta proposta, que implica uma série de ações concretas e diretas dos/nos Estados “neoliberais”, tem como eixo central a passagem das lógicas do Estado para as lógicas da sociedade civil, ou, na equalização que faz a corrente liberal, para as lógicas do “mercado” (MONTAÑO, 1999, p. 54).

O Estado Neoliberal caracteriza-se por uma política baseada no interesse do grande capital, contra a intervenção estatal na economia e a favor do livre mercado e da iniciativa privada, tendo como uma das suas estratégias a fragilização das políticas sociais tornando-as eventuais, setoriais e assistencialistas.

Como solução parcial da crise capitalista, o neoliberalismo visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. É o que já caracterizamos como a passagem do fundamento da legitimação sistêmica das lógicas democráticas – particularmente no âmbito estatal – para as lógicas da sociedade civil e do mercado. Desta forma, a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e a reestruturação produtiva vão da mão da reforma do Estado, sobretudo na sua desresponsabilização da intervenção na resposta às sequelas da “questão social” (MONTAÑO, 1999).

Dessa forma, o mercado será o regulador social e a “igualdade” pregada pelo Estado será combatida, cedendo lugar a desigualdade e a concorrência, regidas pelo neoliberalismo.

No tocante ao Brasil, podemos perceber que principalmente durante os anos de 1950 o desenvolvimentismo⁴ ganha destaque nos governos dos presidentes Getúlio Vargas eleito democraticamente de 1950 à 1954 e Juscelino Kubitschek que governou de 1955 à 1961. Querendo buscar amplas alianças políticas, Getúlio abraçou setores com diferentes aspirações políticas. O papel do Estado Nacional Desenvolvimentista, buscou alcançar grandes investimentos estratégicos, estruturando as bases para a industrialização do país. Já o governo de Juscelino Kubitschek proporcionou um crescimento industrial alicerçados nas indústrias de base, de bens de consumo duráveis e não-duráveis, atraindo investimentos do capital estrangeiro. Abriu rodovias, construiu hidroelétricas e a capital Brasília como expressão estrutural do capital, as grandes obras.

⁸ Desenvolvimentismo é a teoria econômica que está centrada no crescimento econômico, baseado na industrialização e na infraestrutura, com forte intervenção do Estado, em detrimento do desenvolvimento social. Tal teoria foi uma resposta aos desafios e oportunidades que surgiram com a Grande Depressão dos anos 30 e está ligada às ideias trazidas pelo keynesianismo. A onda desenvolvimentista teve o seu apogeu nas três décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra, com destaque para as políticas de implantação da indústria pesada nos principais países da América Latina.

Com o início da ditadura militar no Brasil, em 1º de abril de 1964, a política social foi muito utilizada como compensação a diminuição dos direitos civis e políticos da população, instituído pelo Estado, que, graças a existência de um ciclo econômico internacional significativo, deu continuidade à industrialização desenvolvimentista no país.

O golpe militar foi saudado por importantes setores da sociedade brasileira. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja católica, vários governadores de estados importantes e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como forma de pôr fim à ameaça de esquerda do governo e de controlar a crise econômica⁹. Uma das lideranças que governaram o país durante este período foi o General Castello Branco (1964-1967) e o General Médici (1969-1974).

O fim da ditadura militar (1985) marca o início da política neoliberal, mais especificamente nos governos de José Sarney (1985 – 1990) e Fernando Collor de Mello (1990 – 1992). No entanto, foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 a 1998 e de 1999 a 2002) que o neoliberalismo se intensificou principalmente através das privatizações.

Posteriormente o presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), chegou a presidência do Brasil com tendência esquerdista, promoveu o crescimento econômico com redução da pobreza através da implantação de programas sociais como por exemplo o Bolsa Família que consiste em um programa social que possibilita uma distribuição de renda entre os indivíduos à margem da sociedade. Entretanto não podemos deixar de destacar que tais avanços são incipientes e insuficientes para conter as agressivas expressões da questão social¹⁰. O governo Lula também foi marcado por diversos escândalos políticos como o Mensalão, o esquema foi revelado pelo ex-deputado Roberto Jefferson.

Após o governo Lula, quem assumiu o cenário político brasileiro de 2011 até 1º de agosto de 2016 foi a sua aliada política Dilma Rousseff que marcou a história da política brasileira sendo a primeira mulher a assumir este cargo. Durante o seu governo, Dilma continuou aplicando em sua gestão o mesmo plano estratégico traçado por Lula e implementando a política neoliberal, sob hegemonia do grande capital financeiro. Em

⁹ Em meados dos anos 70 o mundo ingressa em período de crise devido à decadência do sistema monetário internacional, entre 1971 e 1973, e aos choques petrolíferos. Tais eventos agravaram os saldos negativos da balança comercial; arruinaram os termos de troca; Geraram alta na inflação e uma série de outros fatores negativos ao desenvolvimento do país.

¹⁰ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77).

decorrência disso evidenciamos a precarização e fragilização das políticas públicas, tornando-as cada vez mais seletivas e excludentes.

Em 2016, o governo da então presidente Dilma Rousseff sofre um impeachment e quem assume o seu lugar na presidência é o seu vice presidente Michel Temer, líder partidário que defende assumidamente a ideologia neoliberal. Seu governo nos dois primeiros meses de mandato foi marcado por profundas mudanças que, segundo o mesmo, são necessárias para assegurar o crescimento do país. Entre essas mudanças, as mais comentadas pela mídia e sociedade foram a reforma da previdência social, reforma do ensino médio e a reforma trabalhista. Sendo o atual governo de direita, conservador e neoliberalista, podemos perceber que tais medidas trarão impactos irreversíveis à sociedade, precarizando o trabalho e comprometendo do setor público no país de uma maneira geral.

Segundo Costa (2007, p. 09):

Em face de todo esse crítico cenário, fruto da política neoliberal, a sociedade assiste ao crescimento incontrolável do desemprego, e demais problemas decorrentes, tais como: crescimento do desamparo e da miséria, dos segmentos mais frágeis, crianças e idosos; desestruturação das famílias por falta de renda, moradia e alimentação; violência; prostituição infantil; aumento da participação de crianças e jovens no tráfico e consumo de drogas. Além do aumento do desemprego ou da exacerbação da pobreza, um outro fator que nos chama atenção nesse contexto, é o processo de desconstrução da cidadania, dos “sujeitos de direito”, que nessa conjuntura se apresentam com grande intensidade.

Logo, constatamos a agudização da questão social provocada pelo neoliberalismo, gerando profundas desigualdades sociais e grandes lacunas entre as camadas da população, contribuindo, dessa forma, para “configuração de um novo trato da questão social. Este é o verdadeiro fenômeno escondido por trás do que é chamado terceiro setor (MONTANÕ 2003).

O Estado mínimo tende a transferir a sua responsabilidade para sociedade civil que é convocada a assumi-la, sob o discurso da solidariedade e da democracia, responsabilizando os sujeitos sociais as respostas às suas necessidades. O terceiro setor não é público, nem privado, mas uma junção de ambos os aspectos, com intuito de suprir as falhas do Estado frente a necessidade da população.

Segundo o Relatório da Gerência de Estudos Setoriais GESET (2001, p. 4),

O terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um

conjunto altamente diversificado de instituições, no qual incluem-se organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos.

Como vimos, o neoliberalismo difundiu uma sociedade desigual, acentuando as expressões da questão social nas camadas mais vulneráveis da população. Ao longo desta discussão vale destacar que as políticas sociais foram abruptamente prejudicadas. Diante disto, a sociedade civil foi chamada a intervir junto a questão social através do terceiro setor, cujo mesmo responde a essa conjuntura através de ações de responsabilidade social ao passo que vislumbramos a desresponsabilidade social do Estado em assegurar os direitos sociais a população. E as empresas que adotam a ideia de responsabilidade social, adentram no cenário promovendo ações efetivas

1.1 Uma nova abordagem à questão social: o Terceiro Setor

A sociedade brasileira, bem como todos os seus sujeitos, vem sofrendo diversas transformações ao longo dos anos. Mudanças culturais, intelectuais, nos valores sociais, ou seja, uma mudança no perfil dos cidadãos que testemunham alterações nas leis trabalhistas que dilaceram os seus próprios direitos e até mesmo na própria democracia que mantém cada vez mais distante a participação da sociedade nos processos decisórios do país. Tais transformações exigem também, o que Montaño (2001) intitula de um “novo trato a questão social”, pois assim como o perfil dos indivíduos sofrem alterações, a questão social também vem se transformando, se adaptando ao novo cenário imposto pelas reformas do Estado e pela flexibilização da mão de obra.

A questão social vestida com uma nova roupagem exige uma nova abordagem, dessa forma o Terceiro Setor surge como resposta a essa nova configuração da questão social.

Para Montaño (1999),

(...) a recorrente afirmação de que existiria hoje uma “nova questão social” tem, implicitamente, o claro objetivo de justificar um novo trato à “questão social”; assim, se há uma nova “questão social” seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervir nela, supostamente mais adequada às questões atuais. Na verdade, a “questão social” – que expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classe, a desigual participação na distribuição de riqueza social – continua inalterada; o que se verifica é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, de suas refrações e expressões. O que há são novas manifestações da velha “questão social”.

Como já citamos, o neoliberalismo visa a redução ou até mesmo a eliminação da intervenção estatal na economia, desresponsabilizando o Estado de qualquer atividade, o mercado será a forma de regulação e legitimação social, dessa forma cabe ao mercado responder as demandas da questão social.

Percebemos que com a alteração no trato a questão social a responsabilidade é retirada da órbita do Estado e redimensionada para o mercado e também para a sociedade civil que logo é convidada a preencher as lacunas sociais deixadas pelo distanciamento do Estado, este processo traz consigo a precarização das políticas sociais.

Para que possamos melhor entender o Terceiro Setor faz-se necessário uma pequena retrospectiva histórica que visa caracterizá-lo. Sendo assim, podemos afirmar que o Terceiro Setor se consolidou na sociedade através das chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs) que surgiram no Brasil em meados das décadas de 1960 e 1970, períodos marcados pelas restrições político-partidárias impostas pelos governos militares. Tais movimentos concentram-se basicamente nas décadas de 1980 e 1990 (século XX), período em que mais cresceram e se tornaram visíveis (Relatório GESET, 2001, p. 6).

Na década de 1940 percebemos o surgimento das instituições de caráter privado que se coloca entre as primeiras a incorporar o Terceiro Setor.

Em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com a incumbência de organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários. Essa instituição surge através de um Decreto-lei Federal (nº4048 de 22.2.42), que atribui a uma entidade de classe, a Confederação Nacional da Indústria, a função de geri-la. Será um grande empreendimento de qualificação da força de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p.253).

Em meados dos anos de 1990, ganham projeção maior no setor empresarial em programas e projetos sociais, especialmente através de suas fundações e institutos associados, representando a inserção da visão de mercado no terceiro setor e novas possibilidades de parcerias e de fontes de recursos para as instituições atuantes na área.

Segundo o Relatório GESET (2001, p. 9), em 1990 percebemos a criação de vários cursos e instrumentos voltados para o planejamento, a gestão e o marketing de instituições do terceiro setor; para estratégias de captação de recursos; para sistematização de metodologias utilizadas nestas instituições; para a divulgação e avaliação das experiências como: metodologias e instituição de prêmios, por exemplo. Na década presente, assiste-se ao

desenvolvimento e ao debate das tendências acima referidas, relativos ao papel social que lhes cabe, seus desafios, limites e potencialidades.

Existem diversas tentativas de definição do terceiro setor, motivo de intenso debate e polêmica, sobretudo nos anos de 1990. O conceito mais aceito pela sociedade na atualidade é o de uma esfera de atuação pública, não-estatal, formada a partir de iniciativas privadas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum.

Entretanto, segundo Montaña (2003), o conceito ideológico do terceiro setor não corresponde ao real, pois a realidade social não se divide em “primeiro”, “segundo” e “terceiro setor”, afirma que a sociedade está desempenhando um papel que antes era desenvolvido pelo Estado e que não reconhecer as mudanças que ocorreram devido a nova roupagem da questão social seria um equívoco. No entanto, aceitar passivamente os conceitos do “terceiro setor” como uma organização da sociedade civil separada do Estado e do mercado, distorce a visão da realidade, pois tais seguimentos são intrínsecos.

O referido autor caracteriza ainda o “terceiro setor” como: atividades públicas desenvolvidas por particulares; função social de resposta às necessidades sociais; valores da sociedade local, autoajuda e ajuda mútua.

Compreende-se portanto que, o “terceiro setor”, instrumentalizado pela estratégia neoliberal, além de justificar e legitimar o processo de desestruturação das Políticas Sociais, ainda reduz os impactos negativos do sistema tornando o trato a “questão social” uma atividade cotidiana e possibilitando maior aceitação e menor enfrentamento ao mesmo.

Dentro desta perspectiva, surgem as instituições sociais como resposta as contradições provocadas pelas demandas da questão social. Dentre elas destacam-se o SENAI (Serviços Nacional de Aprendizagem Industrial); o SESI (Serviço Social da Industria); o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o SESC (Serviço Social do Comercio) que surgiu em 13 de setembro de 1946 através do decreto de lei nº 9.853, instituição que trataremos a seguir.

2. O surgimento do Serviço Social do comércio (SESC)

O SESC foi fundado no dia 13 de setembro de 1946 através do decreto de lei nº9.853. Surgiu no período pós-guerra através da inserção de grupos burgueses com a finalidade de gerenciar mecanismos assistenciais na intervenção as expressões da questão social.

Quanto a isso, Yoshida (2004) afirma que “a missão do SESC é contribuir para construção de uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador do setor de comércio e de bens e serviços, prioritariamente de baixa renda, através de serviços subsidiados e de excelência.”

Logo o SESC visa contribuir com a formação e crescimento da cidadania de forma direta ou indireta contribuindo para o combate à desigualdade social, buscado a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores através do lazer, disponibilizando um clube com diversas modalidades de diversão, assistência odontológica e uma série de serviços em suas duas unidades em Campina Grande.

Iamamoto (2009) justifica a disponibilização desses serviços por parte das instituições como uma forma de maquiagem as novas necessidades geradas pelo desenvolvimento das forças de trabalho dentro da produção capitalista. Tais benefícios seriam estratégias para manutenção das forças produtivas devido a fim de maior rendimento do trabalhador no seu cargo.

Compreendemos que os serviços disponibilizados pelo SESC são de grande valia, principalmente para população de baixa renda que precisa dispor de assistência a um custo mais baixo. No entanto, a disposição de um clube, assistência odontologia (entre outros serviços) não são suficientes para assegurar a contribuição dada ao indivíduo no que se refere ao fortalecimento de sua visão crítica no tocante a realidade social a qual o mesmo está inserido.

Possui a sua estrutura organizacional a nível Brasil dividida em Conselho Nacional (órgão deliberativo); Departamento Nacional (órgão executivo) e Conselho Fiscal (órgão de fiscalização financeira). A nível Nordeste estrutura-se sub dividido em Conselho Regional (órgão deliberativo) e Departamento Regional (órgão executivo).

O SESC conta com uma vasta rede de centros distribuída em todo território nacional, são cerca de cinco mil unidades de serviços espalhadas pelo Brasil e é reconhecido como uma instituição socialmente responsável, pois busca contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

A nível de Paraíba o SESC foi fundado entre 1948/49 em João Pessoa e na cidade de Campina Grande¹¹ conta com duas unidades denominadas SESC Açude Velho criado em 1950 voltado ao lazer e a prática de esportes e o SESC centro criado em 1998 voltado para as áreas de educação, cultura, saúde e assistência. Esta unidade promove o programa de cunho

¹¹ Campina Grande é um município brasileiro no estado da Paraíba. Considerada um dos principais polos industriais da Região Nordeste bem como um dos maiores polos tecnológicos da América Latina.

nacional desenvolvido pelo SESC na área de segurança alimentar o programa Mesa Brasil, baseado no preceito constitucional do direito a alimentação. Também promove, diariamente, diferentes ações de cunho educativo e nutricional com o intuito de diminuir a fome e o desperdício de alimentos. Além dos profissionais que contribuem para o funcionamento do programa Mesa Brasil como a assistente social e a nutricionista, o mesmo conta com onze funcionários entre eles três que auxiliam o trabalho administrativo e nove que tratam da arrecadação e transporte dos alimentos coletados.

O Programa Mesa Brasil é uma iniciativa que dissemina a cultura da responsabilidade compartilhada para a garantia do direito humano a alimentação (Manual Mesa Brasil SESC, BARROS, 2007). Contribui também com a ampliação das ações de responsabilidade social¹² provocando a diminuição do descarte de produtos fora do padrão de comercialização, porém próprios para consumo.

Tenório (2006) afirma que em relação ao Brasil, a discussão sobre o tema está associada a transição de valores que o país atravessa, de uma sociedade industrial, onde a responsabilidade social assume uma conotação econômica, para uma sociedade pós-industrial, onde o tema valoriza aspectos relacionados a melhoria de vida.

Dessa forma, percebemos que no contexto neoliberal que vivenciamos, o Estado é minimizado ausentando-se da promoção à prática social no tocante a comunidade e isso exige uma nova postura assumida pelas empresas frente a responsabilidade social.

O Programa atua de acordo com a Lei 11.346/06, que é a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Em seu artigo 3º a Lei versa a seguinte definição:

Segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (REIS e MALUF, 2013 p.16)

Ou seja, a segurança alimentar e nutricional refere-se ao direito de todo cidadão está assegurado em relação a suficiência, a qualidade e a adequação dos alimentos, desta forma, é dever do Estado proteger e promover o direito humano a alimentação. Sua atuação

¹²A Responsabilidade Social nasce de um compromisso da organização com a sociedade, em que sua participação vai mais além do que apenas gerar empregos, impostos e lucros. O equilíbrio da empresa dentro do ecossistema social depende basicamente de uma atuação responsável e ética em todas as frentes, em harmonia com o equilíbrio ecológico, com crescimento econômico e com desenvolvimento social. Leia mais sobre o tema em Responsabilidade social empresarial: teoria e prática.

está diretamente relacionada a formulação de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social dos cidadãos. Apesar do SESC estar amparado na lei, pouco dialoga com as políticas sociais existentes, salvo a parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)¹³.

No Brasil, como alternativa de criar soluções para a problemática da fome e da miséria no país, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)¹⁴ em 1993, tornando a segurança alimentar uma prioridade nacional, entretanto a experiência do CONSEA foi interrompida pela posse do então presidente FHC em 1995. O mesmo lançou o Programa Comunidade Solidária em substituição ao CONSEA, no entanto o que parecia ser uma continuidade aprimorada, abrangendo além da questão alimentar outros aspectos sociais resultou em um retrocesso retirando do âmbito das prioridades a segurança alimentar e nutricional (Reis e Maluf, 2013, p. 37).

Segundo Reis e Maluf (2013, p. 39) um exemplo mais recente da tentativa do Estado em minimizar as mazelas provocadas pela fome é o Projeto Fome Zero, uma política nacional de segurança alimentar lançada em 2002 pelo Instituto Cidadania, e posteriormente, em 2003, transformado em Programa Fome Zero (PFZ) pelo governo Lula. O Programa priorizou ações voltadas para o segmento da população em condições de pobreza extrema, situação na qual o indivíduo encontra-se em tão baixo nível de rendimento que não tem possibilidades de adquirir o mínimo para sua sobrevivência, ou seja, situação de vulnerabilidade social¹⁵ e desnutrição que é basicamente a falta de nutrientes essenciais a vida.

Não podemos deixar de mencionar também como exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, destinado aos agricultores de base familiar.

Dentre os principais objetivos do Pronaf, destaca-se o apoio a familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, aos assalariados rurais com estabelecimento rural e às famílias com estabelecimento rural exercendo atividades não agropecuárias, e que seja empregada mão de obra

¹³ A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) está presente em todas as regiões brasileiras, acompanhando a trajetória da produção agrícola, desde o planejamento do plantio até chegar à mesa do consumidor. A atuação da Companhia contribui com a decisão do agricultor na hora de plantar, colher e armazenar e segue até a distribuição do produto no mercado, fase em que a garantia dos preços mínimos oferecidos pelo governo é traduzida em abundância no abastecimento e estímulo à produção. As operações realizadas pela Conab são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

¹⁴ Consea é um órgão interno (de assessoramento) da Presidência da República. Sua função é formular propostas no campo da segurança alimentar e nutricional, a partir do acompanhamento e monitoramento de políticas públicas e programas sociais que envolvam alimentação e nutrição. É também um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na construção de linhas e diretrizes na área da alimentação e da nutrição.

familiar, com possibilidade de eventual contratação de terceiros em casos específicos. As ações desenvolvidas buscam consolidar os espaços de negociação entre órgãos setoriais, garantir financiamento para infraestrutura e gerar serviços municipais e produção agrícola familiar. Além disso, são focos prioritários a capacitação e a formação profissionalizante e o estímulo às atividades geradoras de renda para as famílias rurais. O programa afeta uma dimensão estratégica da agricultura familiar no âmbito da consolidação de um sistema de SAN equitativo, que se refere à sua capacidade produtiva. Esse tipo de ação pode contribuir para a garantia das condições necessárias para atividade de produção de alimentos, que é afetada por diferentes tipos de adversidades (climáticas, pragas e quebras de safra) (MAGALHÃES, BURLANDY e FROZI, 2013, p. 122).

Instituído em 2013, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é coordenado por um grupo gestor composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Cultural e Combate a Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) Ministério da Fazenda (MF) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Segundo Magalhães, Burlandy e Frozi (2013, p. 123),

Na perspectiva de complementar as ações do Pronaf garantindo o escoamento da produção proveniente da agricultura familiar, o PAA busca incentivar a agricultura familiar por meio da aquisição de produtos agropecuários e sua distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar e/ ou a formação de estoques estratégicos.

Dessa forma, o SESC em parceria com os Ministérios do Governo Federal e o Programa de Aquisição de Alimentos através da CONAB (alimentos que possuem excelente qualidade e valor de comercialização), buscam simplificar o processo de aquisição de alimentos para atender as instituições cadastradas no programa, garantindo o escoamento da produção e valorizar a produção e a economia local, contribuindo assim, com a manutenção social através do programa Banco de Alimentos, o qual trataremos a seguir.

2.1 O Programa Mesa Brasil SESC

Como vimos anteriormente, o SESC, como expressão do empresariado no terceiro setor, vem buscando minimizar os impactos provocados pela ausência no atendimento as necessidades básicas de uma parcela da população, procurando proporcionar melhor qualidade de vida aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo de 05 de junho de 2016, o Brasil descarta 1/3 da comida que produz e está entre os dez países que mais desperdiçam alimento no mundo, o país é considerado um dos maiores produtores de gêneros alimentícios do mundo, entretanto existem pessoas que não tem acesso a esse alimento.

Apesar da intervenção do governo no tocante a redistribuição da renda no país através de Programas como o Bolsa Família e o Fome Zero, a desigualdade ainda permanece demasiada. Visto que o sistema econômico vigente se sustenta na desigualdade de classes.

O neoliberalismo por sua vez, colabora com o aprofundamento da desigualdade e exclusão social, levando os menos favorecidos a margem da sociedade.

A partir da década de 1990, o SESC inseriu em seus programas ações de combate à fome e a desnutrição, através de arrecadação de alimentos doados, viabilizando formas de reaproveitamento de alimentos que são desperdiçados nas cadeias produtivas e na comercialização.

O Programa Mesa Brasil SESC é um programa de segurança alimentar e nutricional voltado para arrecadação e distribuição de alimentos excedentes impróprios para comercialização. Atua em parceria com empresas privadas e estatais, voluntários e a sociedade como um todo, com o intuito de minimizar a fome e o desperdício de alimentos e fortalecer o Terceiro Setor.

O programa Mesa Brasil SESC funciona como um elo entre as empresas filiadas ao programa e as entidades que recebem as doações. As mesmas se filiam ao programa através de visita institucional feita pela assistente social, a fim de validar as informações prestadas pelos representantes das instituições no ato da parceria e verificar se as instituições dispõem de condições mínimas para armazenar as doações recebidas, como um freezer ou geladeira para manter refrigerado o alimento, principalmente aquele que recebemos com a qualidade comercial comprometida (doações da EMPASA), devido a isso, o uso dessas doações deve ser imediato.

O Programa estimula a responsabilidade social por meio de uma rede de solidariedade formada por empresários, comerciantes, cooperativas, produtores rurais e instituições que abrigam e ou mantem pessoas em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social. O programa baseia-se na Lei nº 11.346/06 intitulada Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN.

A Lei representa a consagração de uma concepção abrangente e intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como dos dois princípios que a

orientam, que são o direito humano à alimentação e a soberania alimentar. De fato, compreender a Segurança Alimentar e Nutricional como um direito humano fundamental representa um enorme passo para vencermos a fome, a desnutrição e outras tantas mazelas que ainda envergonham o País (CONSEA, 2006, p. 3)

O Mesa Brasil é um programa a nível nacional promovido e idealizado pelo SESC e a sede do mesmo em Campina grande está situada na unidade SESC Centro. Foi implantado pelo Departamento Regional do SESC Paraíba, em parceria com o projeto Mesa Brasil SESC, o programa teve início através de uma coleta de alimentos realizada na Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (EMPASA) em 12 de agosto de 2004. Em seguida veio a divulgação da proposta de implantação do programa Mesa Brasil SESC, realizada a partir de campanhas com intuito de efetivar parcerias com empresários da área de alimentos.

Completando doze anos de existência em Campina Grande, o programa Banco de Alimentos Mesa Brasil SESC conta com a parceria dos permissionários da EMPASA e empresas do ramo alimentício e assiste 118 instituições cadastradas, as quais subdividem-se em 67 instituições sistemáticas, que são as instituições que recebem semanalmente as doações e 51 instituições eventuais, que recebem as doações esporadicamente.

Para ser um dos doadores do programa é necessário apenas manifestar interesse e preencher uma ficha de identificação. E não é exigido que a sua contribuição seja diária, ela pode ser eventual de acordo com a disponibilidade de produtos.

A arrecadação é feita diariamente na EMPASA e nas redes de supermercados credenciados ao programa. Desde 2009 O SESC firmou uma parceria entre a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o governo Federal que compra a produção gerada pelos produtores rurais vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e direciona ao SESC para que o mesmo se encarregue de distribuir entre as instituições cadastradas no programa, respeitando a prioridade e carência de alimentos entre elas, ou seja, o Programa considera prioridade a instituição que beneficia idosos e crianças em situação de vulnerabilidade social¹⁵ e aquelas que possuem um maior número de usuários.

Aí reside a diferença entre a demanda de alimentos arrecada pelo SESC, muitas vezes questionada pelas instituições receptoras, pois o alimento arrecadado na EMPASA, embora próprio para consumo, já perdeu a qualidade para a comercialização, ou seja, não é

¹⁵ Vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos.

um alimento visualmente atraente, enquanto que os alimentos que o Programa recebe advindos dos PAA's são alimentos de excelente qualidade, pois foram comprados para serem doados e possuem valor comercial.

Para ser beneficiada pelo programa Mesa Brasil SESC é necessário que a instituição atenda a algumas exigências, como por exemplo: possuir CNPJ e Estatuto institucional, inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social e todos os usuários devem ser cadastrado no Número de Inscrição Social (NIS). A partir de então o responsável pela instituição preenche uma ficha cadastral e posteriormente acontece uma visita técnica feita pela assistente social e pela nutricionista do Banco de Alimentos visando validar as informações prestadas na ficha cadastral e observar se o local possui condições de armazenar corretamente as doações como a disponibilidade de um refrigerador ou uma freezer, por exemplo. A última etapa se resume na assinatura de um termo de compromisso no qual o SESC se compromete a doar os alimentos arrecadados e no repasse dentro das finalidades institucionais enquanto que a instituição se compromete a participar das reuniões e treinamentos para se informar sobre todas as ações do programa e para sugerir melhorias para o mesmo.

Cada instituição sistemática tem um dia e por vezes dois, dependendo da demanda de doações, para vir ao SESC recolher as suas doações. As instituições que recebem doações dois dias na semana, se enquadram nas instituições com grau de prioridade mais elevado, como por exemplo: aquelas que, por exemplo, atendem a idosos (Instituto São Vicente Paula) e a crianças (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI). As eventuais não possuem um dia marcado para recolher suas doações, o SESC sempre informa com antecedência a instituição para que algum representante da mesma se desloque até as dependências do SESC através de contato telefônico. Além das doações de gêneros alimentícios, o SESC promove uma série de ações educativas para os usuários das instituições cadastradas no programa.

2.2 Ações Educativas promovidas pelo programa Banco de alimentos Mesa Brasil SESC – Campina Grande – PB

Além das doações de gêneros alimentícios oferecidas as instituições credenciadas ao programa, o SESC, através do programa Banco de Alimentos ainda promove ações interdisciplinares de cunho educativo e de caráter nutricional.

Semanalmente são desenvolvidas palestras e oficinas direcionadas as instituições. No que tange a área social, são ministradas palestras explicativas, nas quais são abordados diversos temas que variam de acordo com público alvo da instituição, crianças, adultos, idosos etc. que deveriam viabilizar o acesso à informação e esclarecimentos acerca dos direitos do cidadão, no entanto, apesar de terem sua relevância, da forma como são executadas não contribuem para o despertar do senso crítico dos usuários das instituições devido ao temas abordados em tais palestras. O mesmo ocorre nas oficinas de geração de renda, nas quais são confeccionados artigos de artesanato, que também são ministradas pelas estagiárias do curso de serviço social, as quais não detém, muitas vezes, do conhecimento necessário para transmitir, a contento, as informações acerca do trabalho desenvolvido. Então, se a oficina fosse ministrada por um artesão ou pessoa com potencial e conhecimento necessário para ensinar a confeccionar algum artigo, certamente os usuários aprenderiam melhor e poderiam fazer planos pensando numa renda extra. O material utilizado nessas oficinas é fornecido pelo SESC. Este trabalho é desempenhado pelos estagiários de serviço social e acompanhado pela assistente social do Programa Mesa Brasil. A atuação do serviço social dentro do programa é um tanto quanto secundária, haja vista que o mesmo é protagonizado pela nutrição.

No que se refere a área nutricional, são desenvolvidas palestras geralmente referentes ao correto manuseio, conservação e higienização dos alimentos e oficinas que visão de o incentivo e a prática do reaproveitamento dos gêneros alimentícios, evitando o seu desperdício. Todas as atividades desenvolvidas pelo Mesa Brasil nas instituições ficam registradas em relatórios que são elaborados logo após a conclusão das mesmas e arquivados nas dependências da sede do programa.

O trabalho socioeducativo desenvolvido pelo programas através das palestras e oficinas, sejam elas de cunho social ou nutricional, deveria representar um significativo retorno social, no tocante ao despertar da sociedade para assuntos pertinentes aos seus direitos e deveres, bem como a compreensão por parte da comunidade no que se refere ao desperdício e melhor aproveitamento dos alimentos, visando a promoção da cidadania, igualdade entre os indivíduos e a diminuição da fome, mas da forma como essas ações educativas são executadas acaba por compromete o real objetivo das mesmas.

3 Experiência de estágio supervisionado no Banco de Alimentos Mesa Brasil SESC – Campina grande.

O estágio no Programa Mesa Brasil SESC como exigência curricular do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) teve como objetivo proporcionar um enriquecimento prático-teórico possibilitando um conhecimento tático acerca dos desafios e demandas apresentadas ao assistencial social no seu exercício profissional.

Na condição de estagiária curricular, ingressamos na instituição em 05 de Setembro de 2012 até 05 de Abril 2014, com o objetivo de cumprir a carga horária exigida pela disciplina de Estágio II de 8 horas semanais. Frequentava o SESC todas as terças e quintas das 13:00 às 17:00 horas.

Participamos de diversos momentos durante toda duração do estágio, como palestras, oficinas, visitas institucionais e eventos realizados pelo Programa Mesa Brasil.

Dividia o campo de estágio com mais quatro estagiários, sendo eles: dois do curso de Serviço Social e dois do curso de Nutrição. Sentia a diferença no tratamento, na cobrança e divisão de tarefas entre nós, pois sendo eles estagiários eletivos, ou seja, remunerados, eram cobrados e o nível de exigência era maior. Entendemos que esta diferenciação é desnecessária, haja vista que estamos todos na qualidade de estagiários e deveríamos desenvolver as atividades de forma igualitária. No entanto, percebemos que algumas das tarefas atribuídas aos estagiários eram secundárias e desviavam das atribuições dos mesmos. Desta forma, conseguimos visualizar de forma mais clara o real motivo da diferenciação de tratamento e demandas atribuídas a nós e aos demais estagiários devido a lógica da instituição privada, a ideia de que a instituição paga por um serviço, faz com que o grau de exigência e cobranças seja mais acentuado. Quanto ao papel do Serviço Social desenvolvido na empresa torna-se secundário principalmente pela ausência de um fazer profissional inovador e necessário para uma atuação eficaz e genuína frente as expressões da questão social e também pelo programa ser protagonizado pela nutrição.

Segundo Mota (2010), a primeira indagação a ser feita para entendermos as razões da existência do Serviço Social nas empresas refere-se ao fato de a instituição manter serviços sociais, já que essa atividade foge à sua especificidade técnica. Isso porque a empresa é uma unidade de produção com fins eminentemente lucrativos, não tendo, portanto, uma “vocação assistencial”, como a maioria dos empregadores de assistentes sociais.

Encontramos muita dificuldade em realizar o estágio curricular em decorrência da burocracia e hierarquia existentes na instituição o que impossibilita o acesso a informações necessárias e pertinentes para vivência da prática profissional e elaboração do trabalho final resultado dessa experiência.

Permanecemos durante um ano e seis meses estagiando no Programa Mesa Brasil SESC – Campina Grande e durante este período participamos de diversas atividades desenvolvidas pelo programa como a coleta de doações junto a EMPASA, realização reuniões, palestras e oficinas de geração de renda, conforme exposto a seguir.

Organizamos uma reunião em comemoração ao dia das Mães com as permissionárias da EMPASA realizada em 14 de Maio de 2014 em uma das salas de aula do prédio (Foto 1). O objetivo da confraternização foi homenagear todas as mães que trabalham na EMPASA. O momento foi organizado pela assistente social, a nutricionista e os estagiários de nutrição e serviço social. O principal objetivo dessa reunião foi agradecer a essas mães pelas doações que são feitas para o programa e acima de tudo parabenizar cada uma delas pelo seu dia.



FONTE: Arquivo do SESC CG (14/05/2015). Foto 1: Reunião em comemoração ao dia das Mães.

Durante o evento, nós confeccionamos toda decoração do local para receber as mães, exibimos vídeos e preparamos um momento musical. Por fim, oferecemos um lanche com bolo e refrigerante, lembrancinhas confeccionadas pelas estagiárias e sorteamos brindes adquiridos através de doações.

Ministramos uma palestra realizada no Clube de Mães Joana Weter em 28 de Maio de 2014 (Foto 2). Abordamos na palestra ilustrada a seguir sobre a importância de uma boa higiene pessoal. A recepção por partes dos usuários das instituições é sempre positiva. Apesar

da saúde também ser um direito do cidadão, os temas abordados nas palestras não contribuem com a construção de um senso crítico capaz de torná-los conscientes acerca dos seus direitos e deveres como cidadãos devido a forma de como os temas são abordados. Se a palestra fosse ministrada por alguém detentor de um maior conhecimento sobre o assunto, a probabilidade da ação atingir um objetivo mais eficaz seria maior.



FONTE: Arquivo do SESC CG (28/05/2015). Foto 2: Palestra realizada no Clube de Mães Joana Weter

Prestigiamos O III Seminário Mesa Brasil SESC Centro Campina Grande. Evento realizado entre os dias 27 e 29 de agosto de 2014 no Cine Teatro do SESC com o tema: “Reeducação alimentar e consumo sustentável: compromisso com desenvolvimento social”. Além das palestras de cunho social e nutricional, sorteamos cerca de 100 brindes e oferecemos um lanche aos participantes. O evento contou com a presença de vários estudantes da área de nutrição e serviço social e também com membros das instituições cadastradas no programa, além dos palestrantes. O objetivo do Seminário foi esclarecer principalmente aos representantes das instituições cadastradas no programa a importância do reaproveitamento consciente das doações que lhe são distribuídas.

Participamos do dia mundial da coleta de alimentos, evento no qual conseguimos arrecadar centenas de quilos de alimentos não perecíveis. Foi realizado dia 08 de novembro de 2013, contando com três pontos de coletas: Supermercado Ideal do Ponto Cem Reis, Supermercado Rede Compras do mercado central e no Extra. A distribuição de tais alimentos ocorreu uma semana após a arrecadação entre todas as instituições cadastradas no programa

de acordo com o número de usuários de cada uma delas, foi calculado a quantidade de quilos doados. A ação acontece simultaneamente em mais de 50 cidades, em 15 estados no país.

Presenciamos visitas institucionais a entidades que tinham pretensão de serem beneficiadas pelo Programa Mesa Brasil. Uma delas ocorreu na Organização não governamental O Resgate, localizada na rua: Maria da conceição Cunha 1460, que acolhe dependentes químicos de drogas e de álcool a fim dar-lhes o apoio necessários durante o processo de reinclusão social e abandono do vício. A instituição conta com três usuários, no entanto tem capacidade para acolher quinze. Fizemos uma inspeção em todos os ambientes da instituição, principalmente na cozinha para verificar se havia condições mínimas para armazenamento e manuseio dos alimentos doados. Preenchemos a ficha de inscrição e concluímos a visita redigindo o relatório que foi inserido no arquivo do SESC.

Em relação as oficinas de geração de renda, conforme citado no item anterior, percebemos que apesar da satisfação das pessoas que participam das atividades desenvolvidas pelo Programa, além da falta de material e recursos limitados para realização das mesmas, existe o agravante de muitas delas não alcançarem o real objetivo proposto, como o auxílio na geração de renda devido a forma como são executadas.

A forma como os temas são abordados dentro das palestras realizadas, acabam por comprometer o seu objetivo central que, analisado por uma ótica mais crítica definimos como o acesso e fortalecimento do conhecimento dos usuários das instituições à cidadania, democracia, dos direitos e deveres de cada um através de palestras que abordem temas pertinentes ao interesse político-social respeitando as particularidades de cada grupo.

Durante o período do estágio participamos de diversos momentos junto ao Programa Mesa Brasil SESC e apesar das limitações existes para uma análise e vencia do fazer profissional, podemos afirmar que foi de grande valia todas as experiências adquiridas nesse processo.

4 Considerações finais

Diante do exposto, percebemos que a relação estabelecida entre o Programa Mesa Brasil SESC e os usuários das instituições credenciadas torna-se por um lado emergencial e

paliativa e a forma como é conduzido o mesmo remete as práticas desenvolvidas pelo Serviço Social Conservador¹⁶.

Identificamos também que o papel do serviço social torna-se secundário ao passo em que a nutrição protagoniza o programa, pois o mesmo baseia-se na principal ideia de evitar o desperdício de alimentos, vislumbrando formas alternativas de aproveitamento integral dos mesmos.

Além do exposto, notamos que a assistente social inserida no Programa Mesa Brasil SESC – Campina Grande executa o papel de coordenadora do programa e não de assistente social com todas as atribuições que esse título trás consigo. Percebemos também que devido a todas as demandas burocráticas que a mesma possui como coordenadora, não alcança o fazer profissional necessário para construção de uma atuação genuína e eficaz, com uma análise constante da atuação profissional, haja vista que lidamos com uma gama de desafios sociais a serem enfrentados.

O reconhecimento de traços conservadores presentes no fazer profissional, pede uma reflexão constante ao pensamento marxista que contribuiu para o fortalecimento do serviço social.

Contudo, apesar de o serviço social ter aspecto tradicional e o programa ter características paliativa e emergencial, não podemos deixar de ressaltar a grande importância que as doações advindas do Mesa Brasil SESC têm para as instituições receptoras cadastradas no programa, sejam elas eventuais ou esporádicas, haja vista a conjuntura brasileira inserida no neoliberalismo.

Sabemos que para efetivação de uma prática profissional consciente, que vise a transformação social, faz-se necessário identificar a situação de vulnerabilidade social¹⁷, na qual está inserido os usuários das instituições cadastradas no programa e intervir junto a ela a fim de defender o acesso igualitário e justo a democracia e a cidadania. Mesmo que o programa não intervenha diretamente na realidade social de cada usuário, viabiliza que cada instituição que recebe as doações o faça. Dessa forma, mesmo que indiretamente, contribui para que a realidade social seja modificada permitindo que as instituições viabilizem as doações do programa para os seus usuários mesmo em uma ideia de cidadania restrita a perspectiva neoliberalista.

¹⁶ O Conservadorismo profissional pode ser identificado na prática profissional desta época, onde ação profissional consistia em forma de intervir na vida dos trabalhadores, ainda que sua base fosse à atividade assistencial; porém seus efeitos eram essencialmente políticos: através do “enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mutua colaboração entre capital e trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

MESA BRASIL SESC: AN ANALYSIS FROM THE EXPERIENCE OF STAGE
IN SOCIAL SERVICE.

ABSTRACT

The present paper entitled "Mesa Brasil SESC: an analysis from the experience of internship in Social Work", presents the results of an internship experience held at SESC Centro in Campina Grande, precisely in the Mesa Brasil Program during the period of 05 September 2012 until April 5, 2014. The chosen theme was based on the experience of the trainee in the program in question. Through observations, annotations, institutional visits, workshops, lectures, events and work carried out by the Mesa Brasil social service team, we sought to understand the role assumed by the third sector in its neoliberal conjuncture in the face of the current concern of companies in general, Those that rely on the partnership of the state: social responsibility. We use as a theoretical contribution Montano (2003) who collaborates to understand the debate about the alleged new social issue and Mota (2010) that contributes by emphasizing the issue of social responsibility and the company. This article discusses the emergence of the third sector in the face of the neoliberal conjuncture and of the configurations that the minimal state assumes to adapt to contemporary reality.

Keywords: Neoliberalism. Social responsibility. Third sector.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Josué de. **A Geografia da Fome no Brasil**. Cad. De Saúde Pública. Rio de Janeiro, novembro de 2008.

COSTA, Cibelly Michalane Oliveira Batista dos Santos. **A prática profissional do Assistente Social: à luz da sua dimensão política**. Dissertação de mestrado, João Pessoa: UFPB, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 edição. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/ Marilda Vilela Iamamoto, Raul de carvalho, - 29. Ed. – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.**

MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L.; FROZI, D. S. **Programas de Segurança Alimentar e Nutricional: Experiências e Aprendizados**. In Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MALUF, R. S.; REIS, M. C. **Conceitos e Princípios de Segurança Alimentar e Nutricional**. In Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MENEZES, Maria Tereza Candido Gomes de. **Em busca de teoria: políticas de assistência pública**. 2ª edição. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 1998.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa / Ana Elizabete da Mota, - 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.**

_____. MOTA, Ana Elizabete da. **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social / Ana Elizabete Mota (organizadora) – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.**

MONTAÑO, Carlos. Serviço Social e Sociedade. **Das “lógicas do Estado às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão**. Revista nº 59. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Espaço Público, Cidadania, Terceiro Setor**. Revista nº 59. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2 edição. São Paulo: Cortez, 2003.

Responsabilidade Social empresarial: teoria e prática/ Organizador Fernando Guilherme Tenório; colaboradores Fabiano Cristian Pucci do Nascimento (et al.). – 2 ed. rev. E ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TOLEDO, Enrique da La Garza. Estados e políticas sociais no liberalismo. In: **Neoliberalismo e Estado**. São Paulo: Cortez, 2002.

YOSHIDA, Ernesto. **Guia SESC Brasil 2004**. São Paulo: Abril, 2004.

Biografia: Adam Smith. Disponível em: <<http://ordemlivre.org/posts/biografia-adam-smith--2>>. Acesso em 16 de novembro de 2016.

Com reforma da Previdência à vista, pressa para aposentar não é melhor saída.

Disponível em: <<http://istoe.com.br/com-reforma-da-previdencia-a-vista-pressa-para-aposentar-nao-e-melhor-saida/>>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

CONAB. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conab-quemSomos.php?a=11&t=1>>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

CONSEA. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/perguntas-frequentes>>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

Governo lança reforma do ensino médio; veja destaques. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-apresenta-medida-provisoria-da-reforma-do-ensino-medio-veja-destaques.ghtml>>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do terceiro setor.

Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

Terceiro Setor e desenvolvimento social. Relato Setorial nº 3 AS/GESET JULHO 2011.

Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/tsetor.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2016.